

# Brechas de esperança revolução portuguesa, reforma agrária e políticas de memória<sup>1</sup>

Paula Godinho<sup>2</sup>

*Une immense allégresse s'empare de la ville. On dansait, on chantait, on riait. Les té moignages du jour parlent d'une ambiance folle, exuberante, jamais vue. La joie. Cela n'arrive pas tous les jours, la joie. Et elle se diffusa de toutes les parts, remonta les avenues, les rues tortillantes, les escaliers pourris, penetra les galetas, cribla le fleuve, enfonça les portes, coupa les ponts.*

Éric Vuillard, 14 juillet, Paris, Babel, 2016, p. 198

- <sup>1</sup> Este texto é a versão em língua portuguesa, e mais longa, de um outro (Paula Godinho, “Inventar la democracia, abrir brechas de esperanza: la revolución portuguesa y la reforma agrária”, In Carme Molinero e Pèrre Ysàs, *Transiciones - Estudios sobre Europa del Sur y América Latina*, Barcelona, Catarata:2019, p. 198-221), a cujos organizadores e editorial agradeço a autorização para publicar esta versão. É devedor do projeto “Transiciones a la democracia en el sur de Europa y en América Latina: España, Portugal, Argentina y Chile”, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de España, coordenado por Carme Molinero (UAB) y Pere Ysàs (UAB), com a referência: HAR2015-63657-P. Para escrevê-lo beneficei da serenidade de uma estadia de alguns meses em Santiago de Compostela, mediante uma bolsa de licença sabática concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É uma versão reduzida, redirecionada e conceptualmente distinta de uma parte de *O futuro é para sempre – Experiência, expectativa e práticas possíveis*, Letra Livre/ Através Editores, Lisboa e Santiago de Compostela, 2017. Estou também grata ao projeto REVFAIL: *Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries*, no âmbito do programa RISE, Marie Skłodowska Curie Actions (H2020-MSCA-RISE, Grant Agreement: 823998).
- <sup>2</sup> Paula Godinho (PhD Antropologia, FCSH-NOVA), investigadora IHC-NOVA e professora associada com agregação no Departamento de Antropologia da FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Fundadora da Red(e) Ibero-Americana Resistência e/y Memória e membro do grupo de trabalho CLACSO “Izquierdas: praxis y transformación social” (2019-2022). Prémio Xesús Taboada Chivite, 2008 (Galiza, Espanha), Xuiza honorária pela Asociación de Amigos do Couto Mixto, Galiza, 2011, Arraiana Maior pela Asociación Arraianos (Galiza, 2017). Vários anos de trabalho de campo em Portugal, na fronteira, na Galiza, no Brasil, sobre reprodução social, festas e rituais, resistência e movimentos sociais, usos políticos da memória e práticas do património, processos de emblematização, turistificação e mercantilização da cultura, topografias do poder, culturas de fronteira e nacionalismos de diáspora. Participou em 16 projetos científicos financiados, 8 dos quais internacionais (União Europeia, Espanha, México). Docente convidada/conferencista em várias universidades estrangeiras (Espanha, França, México, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile).

## **SOMBRAS TEIMOSAS: A REFORMA AGRÁRIA E A TRANSIÇÃO PORTUGUESA PARA A DEMOCRACIA**

Numa obra de reflexão sobre a revolução portuguesa de 1974-75, Manuela Cruzeiro escolhe como epígrafe uma frase de Léon Trotsky: “Todas as Revoluções são impossíveis até que se tornem inevitáveis” (*cit.* CRUZEIRO, 2017, p. 15). Além do golpe militar, “entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975, algo de radicalmente novo aconteceu, cuja natureza não pode ser avaliada apenas pelo resultado final” (CRUZEIRO, 2017, p. 25): tratou-se de um processo de transição para a democracia por meio de uma revolução. No posfácio a *Portugal, a revolução impossível*, de Phil Mailer, uma obra escrita em 1976, a partir de apontamentos do jornalista irlandês que seguiu a revolução portuguesa, Maurice Brighton salienta o caráter desse tempo, “as esperanças, o tremendo entusiasmo, a energia sem limites, o empenho total, o poder libertado, e mesmo a inocência revolucionária de milhares de pessoas vulgares que participaram na remodelação das suas vidas” (*in* MAILER, 2018, p. 357). Dessa excepcionalidade, escreve Ricardo Noronha: “É desde logo necessário persuadir o leitor a suspender a sua descrença, face à sucessão de insólitas ocorrências que caracterizaram esse tempo quase ficcional, habitado por personagens vagamente surreais, no qual a custo se identificam as origens do regime político em que vivemos” (NORONHA, 2018, p. ix).

Ao contrário de outros processos de transição pactuados entre os grupos dominantes – Espanha, Argentina, Brasil, Chile, por exemplo –, os dezenove meses que mediaram entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 parecem ser um resíduo de um tempo que é difícil de reencontrar, com um entendimento da democracia “como deliberação direta, sem delegação ou mediação, nas empresas, nas escolas, nos campos e nos bairros” (NORONHA; TRINDADE, 2019, p. 53). Conquanto a partir de um golpe militar, a democracia foi conquistada nas ruas, em desobediência às

instruções dos insurrectos, cujos objetivos eram mais reduzidos. Foi “conquistada e não outorgada, fruto de uma rotura revolucionária que se sucedeu à incapacidade histórica da iniciativa auto-reformadora do regime ou mesmo de qualquer transição pactuada.” (ROSAS, 2004, p. 48). Só depois foi consagrada nas leis: “No processo revolucionário, essa democracia política foi democracia na fábrica, no bairro, na escola, na cooperativa, ao mesmo tempo em que o era nas urnas, isto é, foi um instrumento central no processo de conquistas sociais” (ROSAS, 2004, p. 22).

Como nota Manuela Cruzeiro, escrever sobre a revolução e o processo revolucionário parece anacrônico, quando “o horizonte de possibilidades transformadoras é significativamente reduzido a pequenas operações de ajustamento e correção” (CRUZEIRO, 2017, p. 35), quando os momentos de aceleração da história são vencidos e a diminuição das diferenças sociais seria alegadamente conseguida com reformas, conquanto estas só ocorram em momentos de desenvolvimento econômico e por receio de uma revolução (CRUZEIRO, 2017, p. 35). Para Manuel Loff (2015), a interpretação neoliberal dos processos históricos escolhe os formatos de mudança, preferindo os que são tidos como naturais e moderados, sem incômodo para as classes dominantes, àqueles que as puseram em causa. A comemoração do trigésimo aniversário do 25 de Abril, com uma comissão presidida pelo historiador António Costa Pinto, escolheu o lema «Abril é evolução», como se a democracia resultasse da continuidade de um processo iniciado ainda no marcelismo. Para o governo de centro-direita de então – PSD-PP –, foi bastante conveniente essa manipulação histórica, que visava ab-rogar a revolução e exaltar o presente neoliberal, entre amnésia e mentira (CRUZEIRO, 2017, p. 43n):

Contrapõe-se assim revolução, diabolizada ou minimizada como epifenómeno ou crise insignificante, e democracia, numa operação de propaganda ideológica, sem qualquer sustentação histórica, legitimando um caminho para a sociedade portuguesa que passa pela liquidação de uma parte

essencial do património de conquistas sociais, culturais e políticas iniciadas em 1974 e consagradas constitucionalmente em 1976 (CRUZEIRO, 2017, p. 43n).

Tão persistentes como conflituosas, as recordações dos processos de política popular, erguidas *de baixo para cima* nas ruas e praças, nos tempos após o golpe de 1974, enquadram a criação de comissões de moradores, de trabalhadores, a ocupação de casas devolutas para habitação ou para funções sociais, a tomada de terras e um processo de reforma agrária, campanhas de alfabetização promovidas, construção de casas para os que não possuíam, assembleias de discussão e decisão, que enquadram o modo de inventar a democracia, num país que tinha ficado arredado dela por 48 anos. Abordar a reorganização do poder após uma revolução evidencia que a *Grande História* se faz a partir dos centros, e menos do “museu vivo de memórias pequenas e esquecidas”, título de um espetáculo da *performer* Joana Craveiro, que encena as *memórias fracas* (TRAVERSO, 2005) da longa ditadura portuguesa e do processo revolucionário.

A partir do campo das possibilidades, a transição portuguesa esboçou uma revolução, que foi derrotada. A reforma agrária constitui o centro deste texto, cujo objetivo é interrogar a relação entre o passado e o futuro a partir do rasto da revolução. O argumento assenta em primeiro lugar na relação direta entre a ausência de políticas públicas de memória e a forclusão de um momento de derrota, entendida como impossibilidade ligar a experiência e a expectativa. Depois, situa a relação entre o passado ditatorial e o porvir empolgante e febril, que constitui um raio de esperança a transcender o momento em que ocorre. Em terceiro lugar, salienta que os ecos teimosos da crise revolucionária portuguesa enquadram a memória coletiva (HABWACHS, 1950) dos que a partilharam e dos que provêm de segmentos à esquerda, no espectro político, conquanto só em conjunturas determinadas consigam a inscrição pública. Ou seja,

a reforma agrária logra inscrição coletiva e grupal, mas não logram o averbamento na memória da sociedade: pôr em causa um regime de propriedade latifundiária e pretender outros modos de organização da produção é um anátema na memória pública, mesmo em momentos do ano propensos a comemorações.

Este ensaio resulta de uma pesquisa bibliográfica e de arquivo, de um trabalho de campo de catorze meses, entre 1994-95, realizado na vila do Couço, no concelho de Coruche, distrito de Santarém, um local com uma história marcada pela resistência em relação ao regime salazarista. Posteriormente, foram feitas revisitações a esse terreno e acedeu-se, no verão de 2016, aos arquivos das cooperativas locais, que se encontram à guarda da biblioteca de Montemor-o-Novo, agora acessíveis para a investigação. A investigação de proximidade, com pesquisa de terreno e observação direta e participante, procurou as pessoas como individualidades concretas ou como agentes sociais diferenciados, e trouxe a sua experiência de volta à construção da democracia (FOWERAKER, 1989, p. 3).

O processo de reforma agrária abrangeu mais de 40% do território português, numa zona com um amplo proletariado agrícola e alguns latifundiários, com lutas de classes que envolveram momentos de confronto e rotinas de resistência (SCOTT, 1985), ao longo do século XX (PEREIRA, 1983; GODINHO, 2001; FONSECA; FREIRE; GODINHO, 2004). Embora exista uma vasta produção por parte das ciências sociais em torno dele (ALMADA, s/d; ALMEIDA, 2006; BALABANIAN, 1984; BALABANIAN; BOUET, 1987; BAPTISTA, 1978, 1986, 1998, 2003, 2010; BARRETO, 1983; BARROS, 1979, 1986; BERMEO, 1988; BRANCO, 1995; CALDAS, 1978; DRAIN, 1989; ESTRELA, 1978; FERNANDES, 2006; GODINHO, 2017, 2019; LAFFON, 1985, 1996; CARDOSO, 1976; MACEDO, s/d; PEREIRA, 1983; PIÇARRA, 2000, 2009), parece assemelhar-se a um objeto que flutua num tempo passado, como se essa experiência não servisse para pensar o porvir, conquanto vivamos

um momento em que os regimes de produção de alimentos acompanham a distribuição global das desigualdades.

A sociedade rural do sul de Portugal envelheceu, o interior perdeu população, e a que resta vive, sobretudo, de pensões, subsídios e de biscates. Quando a reforma agrária foi derrotada, outros caminhos tiveram de ser encontrados pelos que a fizeram. Virginie Laffon (1996, p. 544), uma antropóloga francesa que acompanhou o processo na Amareleja, apontava na década de 1990 para uma *pluriactividade do desenrasca*, ao mesmo tempo em que se iam desenhando projetos de agricultura capitalista, lesiva dos recursos da terra, da água, do ar e do trabalho. Aqui viria a instalar-se o cultivo intensivo e superintensivo de oliveira e amendoeira, que usa, sobretudo, mão de obra estrangeira, vulnerável e desorganizada.

Percorrer no verão de 2019 os campos do sul de Portugal, que integraram a designada ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária –, é deparar com extensões de monocultura de oliveira e com um cheiro penetrante a azeitonas esmagadas, a partir dos lagares existentes, que tornam a vida difícil a quem ali permanece<sup>3</sup>. Mais a sul, no litoral, as estufas de produção de legumes ocupam a paisagem. As associações de imigrantes denunciam a existência de trabalhadores fragilizados e com escassos direitos. Passaram 45 anos do início do processo revolucionário, e depois de derrotada a tentativa do movimento de trabalhadores rurais no sentido de promover, com a Reforma Agrária, um desenvolvimento assente no trabalho da terra, seguiu-se a Política Agrícola Comum (PAC),

com uma capitalização e intensificação nas manchas de melhores solos, enquanto, na maior parte do vasto campo alentejano, a plantação de eucalipto ladeia montados de sobre e azinho e, sobretudo, as imensas áreas onde o ex-

---

3 Ver: [https://navegantes-de-ideias.blogspot.com/2018/01/o-fim-da-planicie-e-morte-do-azeite-um.html?fbclid=IwAR1mes7vAf0Q\\_-d4m2BCI7EdpqBDNUuoB8V3ZWmu3Er-6Zz1spm8NttngCMc](https://navegantes-de-ideias.blogspot.com/2018/01/o-fim-da-planicie-e-morte-do-azeite-um.html?fbclid=IwAR1mes7vAf0Q_-d4m2BCI7EdpqBDNUuoB8V3ZWmu3Er-6Zz1spm8NttngCMc).

tensivo e a simulação do cultivo agrícola (semear, receber o subsídio, mas não colher) se confunde e se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava o seu peso na economia e na sociedade. [...] Finalmente, alteraram-se os contornos da sociedade rural e a sua relação com a questão da terra. Paralelamente, muitas vezes, com o abandono. Mas é precisamente este panorama que permite à grande propriedade fundiária arrecadar um imenso caudal de subsídios. Esta é uma situação que ainda tende a empurrar para fora do Alentejo mais população e que, somada à debilidade das atividades produtivas não agrícolas, apenas deixa vislumbrar o continuado erosionamento da sociedade rural (BAPTISTA, 1996, p. 65).

Se em 1996 este era o panorama de que dava conta Fernando Oliveira Baptista, a exploração atual dos terrenos, com um desgaste rápido da terra e da água, às mãos do grande capital internacional, torna difícil perceber a revolução de 1974-75, um tempo em que palavras como “igualdade”, “socialismo” e “novo” integravam o léxico e construíam práticas.

Numa referência às políticas de memória nas transições democráticas, conquanto centrados no caso espanhol, Gregorio Alonso e Diego Cano destacam os usos do passado, porque todos os regimes democráticos que se erguem a seguir a ditaduras se confrontam com um problema de desmemória, devido à participação de uma parte da população no apoio ao regime anterior (ALONSO; CANO, 2011, p. 10-11). Assim, seria uma necessidade advinda de cumplicidades com o anterior regime, pois os habitantes de cada país continuam a ser os mesmos. Porém, no caso espanhol, existiu um pacto de silêncio na passagem para a democracia, que se destinou, sobretudo, a não incomodar as suas elites, comprometidas com o franquismo. Em Portugal, com uma transição que passa por um processo revolucionário, a seguir ao golpe militar de 25 de Abril,

O que está em jogo é, pois, saber se é possível olhar este período como um continuum, uma sequência histórica, um processo teleologicamente conducente ao seu próprio fim

– o 25 de Novembro de 1975 -, ou se, pelo contrário, esse epílogo não foi uma fatalidade, mas antes uma possibilidade, vitoriosa sem dúvida, mas sempre uma possibilidade entre outras, que, vencidas embora, não deixaram de marcar o processo e os seus protagonistas (CRUZEIRO, 2017, p. 47).

A reforma agrária visou a transformação de uma estrutura agrária extremada, com uma cultura em que as classes desempenharam um papel fundamental. É nessa relação entre o papel das classes e a força da memória de um processo revolucionário que procuraremos o caminho.

### **É TÃO GRANDE O ALENTEJO / TANTA TERRA ABANDONADA**

Esses versos iniciam um dos mais conhecidos exemplos do «cante» alentejano, uma expressão musical do sul de Portugal que, desde 2014, está classificado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. A conversão em patrimônio imaterial insere o cante numa dimensão que exalta o valor de troca, com a recuperação comercial e os usos políticos concomitantes, bem distante das práticas da cultura dos grupos sociais subalternos do sul, no passado.

Contudo, há um elemento fulcral, recoberto pela ganga que se associa às suas funções mais recentes: o *cante* é uma manifestação cultural que marcou a passagem do tempo individual e coletivo. Os processos de emblematização atuais, numa *segunda vida* a que não é alheia a sua classificação como patrimônio imaterial da humanidade por parte da Unesco, que o ressignificou e valorizou, são um aspecto recente. A visão folclorista, que lhe fora conferida pelas políticas culturais do Estado Novo, já havia cristalizado um modo de apresentação pública dos cantores, com trajes que recobriam a divisão técnica do trabalho, e obnubilavam a divisão social. Mais recentemente, a revitalização resgata a autoestima dos que vivem ou provêm de uma



terra exaurida, sem gente. À classificação patrimonializante juntam-se fenômenos de festivalização e mercantilização, com apresentações públicas distanciadas do contexto de partida. Esses processos de unescoização da cultura popular são um ponto de chegada legível em paralelo com uma concentração no Alentejo de formatos de exploração da terra que incluem cultivos superintensivos, com escassa utilização de mão de obra, e que esgotam os recursos locais.

Neste sul, a “questão agrária”, emblematicamente pelo cante e alvo do aproveitamento lesivo dos campos, em simultâneo, acompanhara a história portuguesa por quase dois séculos. A sua abordagem insere-se numa tradição que denunciava o atraso comparativo na agricultura – e, por consequência, na economia portuguesa. Assim fora desde as *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, de 1789 a 1815. Já no século XX, durante o Estado Novo, conjugar-se-iam propostas de hidráulica agrícola, povoamento florestal e colonização interna, com a Campanha do Trigo, a partir de 1929, que respondia aos interesses dos agraristas, florestais e industrialistas (ESTÊVÃO, 1983). Na década final do Estado Novo, aparentemente, tornara-se menos relevante a necessidade de uma Reforma Agrária, porque o latifúndio se fora transformando em modernas explorações capitalistas. Tinham sido abandonadas as parcelas menos rentáveis e passara a sobrar terra, devido ao impacto dos fenômenos migratórios e da guerra colonial.

Após o 25 de Abril de 1974, a reforma agrária integrará grande parte dos programas dos partidos políticos portugueses, da esquerda ao centro-direita. Sob o lema *A terra a quem a trabalha!*, constituiu provavelmente o traço mais avançado do processo revolucionário português, ao pôr em causa uma estrutura rural assente em latifundiários e num proletariado rural que se insurgira inúmeras vezes ao longo do século XX, aproveitando conjunturas nacionais favoráveis e momentos do ciclo agrícola anual, em que passavam da defensiva à ofensiva (PEREIRA, 1983). Salvo em zonas nas quais os peque-

nos e médios produtores tivessem algum impacto, as lutas tendiam a generalizar-se, centradas nas condições de trabalho e remuneração: exigiam-se paragens no ritmo de laboração – como o direito à «fumaça», ou seja, a interromper o trabalho para enrolar um cigarro e fumar, primeiro para os homens e, mais tarde, para as mulheres –, o aumento de salários, o emprego em obras públicas nos momentos de carência, a redução do horário de trabalho ou reivindicações mais específicas e localizadas. Como observa Margarida Fernandes, “O que distingue a Reforma Agrária Portuguesa da segunda metade dos anos 70 dos movimentos de trabalhadores agrícolas que a precederam é precisamente a apropriação, em larga escala, de terras e dos meios de produção por parte dos trabalhadores.” (FERNANDES, 2006, p. 182). Contudo, a exigência d’*A terra a quem a trabalha!* não significou a reivindicação da sua repartição. A “fome de terra” e a exigência do reparto, deletadas nas movimentações rurais andaluzas ao longo do séc. XX, são descontinuadas na fronteira, e a reivindicação de garantias de emprego e salário é contínua ao longo do séc. XX.

Na longa duração, as injustiças sociais e a desigualdade econômica caracterizaram a situação dos assalariados do sul de Portugal. Embora a resistência tenha sido constante, necessitaram de uma conjuntura adequada para a tentativa de implantação de um novo modelo econômico e de sociedade, usando os seus quadros mentais e paradigmas sobre o porvir, que enquadravam uma cultura comunista, endêmica no Sul, a partir sobretudo dos anos 1940. Mantendo em continuidade os espaços da experiência e os horizontes da expectativa, a organização das novas unidades de produção resultou dos “modelos de futuro” dos trabalhadores, concatenando a grande dimensão, uma ideia de progresso ligada às máquinas, e a opção coletiva em vez da individual, por meio dos seus percursos e experiências (BAPTISTA, 2010, p. 132).

As condições para pôr em prática esse modelo cooperativo surgiram no período que se seguiu ao 25 de Abril. A ZIRA (Zona

de Intervenção da Reforma Agrária) correspondeu a 40,9% da superfície total do Continente português, abrangendo 3.640.153 hectares (Macedo, s/d:19), numa superfície que era então habitada por 1.319.835 pessoas (MACEDO, s/d, p. 33). Mais de um milhão e cem mil hectares de terras foi ocupado, criando-se mais de 500 cooperativas e assegurando 45 mil postos de trabalho (BAPTISTA, 2010, p. 215). Sem patrão e sem feitor, os trabalhadores organizaram-se para gerir as grandes unidades coletivas de produção que foram criadas.

Apesar de toda essa imensa região, o âmbito da reforma agrária foi sempre regional e compreendia os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, a parte sul dos distritos de Castelo Branco, de Santarém, os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja, no distrito de Lisboa, e as freguesias do distrito de Faro, limítrofes do distrito de Beja (BARROS, 1979, p. 27). O norte de Portugal, com um modelo camponês familiar, onde o capitalismo agrário tivera mais dificuldade em inserir-se, numa agricultura de pequenas parcelas, sem construção de classes sociais, exceção feita ao Douro, ficou arredado de uma idêntica iniciativa.

Os tempos que se seguiram ao golpe de 1974 ficaram marcados por

Um movimento revolucionário de massas que no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais sectores estratégicos da economia, saneou patrões e administrações, criou Unidades Colectivas de Produção para a Reforma Agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de Norte a Sul do país (ROSAS, 2015, p. 195).

Nesse período, por iniciativa dos militares e com a participação de intelectuais e de associações variadas, desenvolveram-se as Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA. As cam-

panhas de alfabetização e de educação sanitária ficaram a cargo de estudantes, enquanto a construção de habitação para segmentos da população carente, num processo designado como SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, esteve sob a dependência do Fundo de Fomento à Habitação. O Serviço Cívico Estudantil abrangeu os jovens que pretendiam entrar para a Universidade nos anos subsequentes à revolução, sem que a instituição, saneada dos professores ligados ao anterior regime, tivesse capacidade para acolhê-los (TIA-GO de OLIVEIRA, 2004), e o Serviço Médico à Periferia permitiu cuidados de saúde a populações arredadas dos centros urbanos. *De cima para baixo e de baixo para cima*, nesta conjuntura, cresceram iniciativas para a melhoria das condições de vida da população, ao mesmo tempo em que, em assembleias e reuniões, por meio do associativismo, inventava-se a democracia e a intervenção cívica.

Há vozes divergentes quanto ao encaminhamento do processo da reforma agrária, salientando-se a do ministro que a desmantelou, António Barreto (BARRETO, 1983). José Cutileiro, antropólogo e diplomata que realizara um estudo monográfico numa vila alentejana, nos anos 1960, considera que o movimento proveio dos centros de poder. Num posfácio a sua obra, só publicada em Portugal depois do final da ditadura, apontam-se os dirigentes da Reforma Agrária como novos patronos (CUTILEIRO, 1977). Outros autores reiteram que não foi outorgada *de cima para baixo*, nem foi feita como e onde o Estado desejava (BARROS, 1979; BAPTISTA, 1978, 2010). Brian O'Neill e Sandra Clark (1980), antropólogos, refutam essa perspectiva e consideram que o movimento foi de base, atribuindo um importante papel às classes e suas dinâmicas.

Nesse registro mais localizado da antropologia, Margarida Fernandes, que realizou trabalho de campo numa localidade do Sul, adianta uma constante histórica: sempre que houve convulsões no país, existiu um concomitante reflexo nos campos, e assinala a conexão entre os interesses particulares dos trabalhadores locais no processo de reforma

agrária e a aceitação voluntária de contributos ideológicos externos, desde que compagináveis com os objetivos (FERNANDES, 2006, p. 151).

Fernando Oliveira Baptista é uma voz essencial para entender, num registro *de cima para baixo* e *de baixo para cima*, este processo complexo. Professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Agronomia, desempenhou o cargo de Ministro da Agricultura entre 26 de Março e 29 de Setembro de 1975, período em que foi produzido o aparelho legal que sustentou a reforma agrária. No momento crescente da contra-reforma agrária, considerou que foram três as posições em confronto durante o processo: a dos proprietários fundiários, contra qualquer intervenção nas relações de propriedade; a dos porta-vozes do capitalismo, que alegavam que o fundamental era “modernizar e produzir”; a das classes trabalhadoras do Sul, que impuseram a reforma agrária, que abalou as relações de produção capitalista nos campos (BAPTISTA, 1978, p. 49).

Nas novas condições, os elementos dos grupos sociais subalternos conquistaram o espaço público, o direito à palavra e ao voto, exigindo o redimensionamento das relações de poder e de propriedade: 73,6% dos participantes eram trabalhadores assalariados (ESTRELA, 1978, p. 226). As relações de forças em nível local foram alteradas, em função de mudanças mais gerais, em várias escalas, com forte protagonismo das associações, sindicatos de trabalhadores agrícolas, as ligas de agricultores e partidos de esquerda, favorecidos por um tempo em que o associativismo emergia como forma organizativa.

Na primeira fase das ocupações de terras, correspondente ao período entre o final de 1974 e julho de 1975, houve, sobretudo, respostas pontuais, com a ocupação de herdades abandonadas ou manifestamente subaproveitadas, ainda sem reconhecimento institucional nem legislação aprovada. Como os proprietários se sentiam ameaçados pela saída de legislação sobre expropriações e nacionalizações,

receava-se que vendessem rapidamente as colheitas para obterem liquidez, o que conduziu à aceleração do processo. Entre agosto e setembro de 1975, realizou-se o dobro do volume de ocupações relativamente ao período anterior. Os alugadores de máquinas tiveram um lugar de destaque no processo, em que a apropriação dos tratores pelos trabalhadores rurais está evidenciada nas fotos, usados no cultivo e no transporte até ao local de trabalho.

Desde o início do ano de 1975, algumas herdades passaram a ser geridas com intervenção do Estado, ou por meio da ocupação pelos próprios trabalhadores. Em 14 de abril de 1975 saiu o decreto-lei nº203, anexo C, aprovado pelo Conselho da Revolução, com o programa de Reforma Agrária. Legalizou-se a expropriação das terras irrigadas com mais de 50 hectares e das terras de sequeiro com mais de 500 hectares, de qualidade média, fazendo uso de uma conjuntura nacional favorável. A secretaria de Estado da Agricultura converteu-se em ministério e anunciou-se o programa de Reforma Agrária, bem como a nacionalização dos setores básicos da economia: a indústria, os transportes e as comunicações (BAPTISTA, 2010, p. 103-104), os bancos e as seguradoras (NORONHA, 2018). A sustentação pelo poder político das reivindicações dos trabalhadores do Sul permitiu a emergência de formas ostensivas, ao mesmo tempo em que ainda se procediam as ocupações, iam sendo criadas UCPs (Unidades Coletivas de Produção) e eram nomeadas comissões administrativas das cooperativas.

A reforma agrária tornou explícitos os conflitos e trouxe à lume tensões antes encapotadas, não sendo surpreendente que grupos, então arredados da propriedade, tracem desses tempos um retrato ressentido (ALMEIDA, 2006), porque a dominação mudou de lado. Como epítome da revolução, fomentou a demonstração do ódio de classe, visível nas fotos e em alguns filmes, que mostram a invasão de casas de proprietários e o uso pelos trabalhadores, antes tão dóceis, das suas camas fofas e das suas roupas de luxo, em formas teatrais de

afronta ao poder anterior. O primeiro momento de qualquer revolução assemelha-se a um Carnaval, com o seu mundo às avessas, demolições e destruições, porque é preciso revogar a ordem anterior, expulsar, derrubar. Cabe, nessa categoria, fazer o que faziam os de cima, ridicularizá-los, consumir o que era sagrado, no meio de uma grande festa pública, com abraços fraternos. Como se intui em 1789, de Éric Vuillard (2016), quando se assalta a Bastilha ainda não existe amanhã.

O discurso público anterior dos subalternos visibilizava de modo convincente os valores hegemônicos, com ocultação do ódio de classe: a raiva que resulta da experiência longa de dominação tinha sido escondida sob uma forma pública deferente e obsequiosa. Na conjuntura revolucionária, o que antes era disfarçado encontrou condições de expressão pública, pois a luta de classes pode permanecer camuflada e aparentemente diluída, sobretudo sob um poder ditatorial e repressivo como o do Estado Novo. O processo não foi linear, emergindo contradições diversas, com propostas e discussões inusitadas. Tornou-se emblemático um segmento do filme *Torrebela* (1977), de Thomas Harlan, em que um trabalhador interroga outro sobre a propriedade da (sua) enxada, revisitado posteriormente por José Filipe Costa, em *Linha Vermelha* (2011). Em alguns dos registros, os assalariados são olhados *de fora e/ou de cima*, podem surgir exotizados, remetidos para a barbárie, a incultura, o primitivismo, a selvajaria, a animalidade.

## **O COUÇO, ENTRE ABUNDÂNCIA E FELICIDADE, O NOVO E O PRINCÍPIO**

*A revolução, mesmo derrotada, ou desvirtuada, conserva uma espécie de invencibilidade, porque permanece na memória dos povos como narrativa exaltante e inspiradora, fonte regeneradora das mais fundas expectativas de felicidade colectiva, manancial inesgotável de energias mobilizadoras contra a depressão e a decadência, voo de águia ou salto de tigre sobre o caminhar lento e penoso de um mundo hostil e sem esperança (CRUZEIRO, 2017, p. 25).*

Esta investigação resulta da revisitação a uma estadia de terreno numa localidade do sul de Portugal, marcada pela resistência contra o Estado Novo e por uma cultura comunista, em que o envolvimento no processo de reforma agrária foi marcante. A partir das entrevistas, construíram-se 43 histórias de vida de antigos presos políticos, grande parte dos quais vieram a envolver-se no processo de reforma agrária.

O Couço, povoação do distrito de Santarém, concelho de Coruche, tem uma reconhecida memória de resistência à longa ditadura portuguesa e às práticas dos latifundiários locais, com recurso à ação coletiva de modo defensivo – para não se perder o que se tinha – ou ofensivo – para obter direitos e recursos acrescidos – em momentos específicos do ciclo de cultivo anual e em conjunturas políticas favoráveis. Trata-se de um local com características idênticas a outras terras do Ribatejo e do Alentejo, onde predomina a grande propriedade, e as classes se extremam (GODINHO, 2001). Nos montes do Couço, em que viviam os assalariados “justos”, com emprego anual, juntavam-se para trabalhar os jornaleiros, contratados à semana nas *praças de jorna*, numa parte do ano, quando a intensidade das tarefas conduzia à contratação de migrantes do minifúndio, designados por expressões pejorativas: *ratinhos*, *gaibéus*, *galegos*, *pegachos*.

Localmente, uma tradição de associativismo agrícola percorreu o século XX com um forte apoio à implantação da República, em 1910. Houve influência anarquista ao longo das primeiras décadas do período, sobretudo devido ao contágio por parte de operários corticeiros catalães, provindos das empresas da margem sul do rio Tejo, que se deslocavam ao Couço nos momentos de aquisição de cortiça. As ideias libertárias penetraram, destacando-se a influência de Francisco Ferrer e da pedagogia da Escola Moderna, inscritos até hoje na toponímia local. Desde 1909 encontra-se registro na *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do operariado*, assumindo um



lugar importante na implantação da República e, logo a seguir, nas lutas de 1911.

Muitos habitantes do Couço dispuseram-se a lutar corajosamente durante a ditadura por ideias e modos de vida, o que conferiu uma reputação resistente à localidade em conjunturas variadas. A partir dos anos 1940, existiu uma organização comunista impregnada pela oposição à ditadura portuguesa (1926-1974). A memória conserva uma ocasião de luta importante em 1933, com forte repressão e prisões, quando exigiram melhores salários. Documentadas pelos arquivos da repressão estão outras vagas de luta e de prisões, como a de 1943, em virtude da infiltração de um agente da polícia política, que aliciou alguns jovens para distribuírem imprensa comunista, ou a de 1949 – numa redada de âmbito nacional, levada a cabo pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a polícia política da ditadura. Em 1951, viriam a ser presos os órgãos diretivos de um clube local. A candidatura à presidência da República por parte de Arlindo Vicente – que desistiu em favor de Humberto Delgado – congregaria os comunistas e a oposição local à ditadura, em junho de 1958. O general Humberto Delgado, que seria alvo de uma fraude eleitoral que o derrotou, ganharia ostensivamente no Couço, porque os delegados da oposição puderam estar presentes nas mesas eleitorais. Conjugando um conjunto de razões, em que a revanche dos proprietários e sequazes do regime pela derrota eleitoral se fez sentir com um abaixamento generalizado de salários, a população da aldeia e dos montes anexos parte para a greve, reprimida com muitas prisões. Nos anos entre 1958 e 1962 (sobretudo até Abril-Maio de 1962, devido às lutas pelas 8 horas de trabalho), vive-se um ciclo de protesto intenso contra as condições de vida no latifúndio e contra a ditadura, com detenções, instauração de processos judiciais com recurso à tortura, julgamentos e cumprimento de longas penas. As migrações para França e Alemanha,

em conjunto com a guerra colonial (1961-1974), esvaziaram a aldeia, que só ganharia alento demográfico após o 25 de Abril, com o retorno dos soldados e o impacto local da reforma agrária.<sup>4</sup>

Nos tempos duros da repressão, no longo fascismo português, a memória comunista permaneceu silenciada, remetida para o perímetro doméstico ou circunscrita ao grupo. Como se de uma joia de família se tratasse, essa memória está apta a ser reacendida quando as conjunturas a concitam (GODINHO, 2001), como sucedeu nos tempos que se seguiram ao golpe de 1974. Grande parte dos lutadores antifascistas locais, que haviam sofrido longos períodos de tortura e muitos anos de prisão nas cadeias da ditadura, e outras pessoas mais novas, viveram de forma vibrante os novos tempos, assumindo protagonismo na invenção de um novo modo de gerir os campos.

A reforma agrária centrou-se no emprego no local de onde eram originários os trabalhadores e onde tinham sentido de pertença. Por despacho do Gabinete do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, de 28 de outubro de 1975, foram reconhecidas várias Unidades Coletivas de Produção do Couço<sup>5</sup>. Com o apoio dos sindicatos, do governo, dos partidos e do Movimento das Forças Armadas, o maior desafio local durante o processo revolucionário foi a reforma agrária, que tocou numa estrutura produtiva e social de séculos, por meio de projetos de futuro imbuídos pelo socialismo, consignado no preâmbulo do texto da Constituição Portuguesa até a atualidade. Como nota uma

4 Segundo os Censos (INE), a população residente no Couço (1864-2011) atinge um pico em 1955 – como a generalidade da população rural em Portugal e, se a queda não é tão acentuada logo nos anos 1970-80, deve-se provavelmente ao papel que a reforma agrária teve no emprego.

Anos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Hab	1861	1936	2174	2422	2901	3260	4252	5267	5551	5492	4630	4383	3725	3180	2765

5 As novas designações estavam eivadas do ar do tempo e correspondiam a três tipos de situações: (1) à manutenção da alusão ao antigo topónimo/designação do *monte*; (2) a datas cujos significados tinham grande ressonância no momento em que ocorreram; (3) à homenagem a personagens diversas, militares e civis. Além de personagens de relevo do Partido Comunista Português, como Pedro Soares ou Álvaro Cunhal, foram igualmente atribuídos a novas unidades coletivas de produção os nomes dos capitães das Forças Armadas, que participavam nas ocupações (GODINHO, 2017).

mulher referida por Fernando Oliveira Baptista, “A Reforma Agrária foi o principal disto tudo. Quando é que um trabalhador teve férias, 13º mês, subsídio de férias? Então não é bom ir ao escritório e receber aquele dinheirinho?” (in BAPTISTA, 2010, p. 141).

A primeira tomada de terras locais terá tido lugar em 16 de junho de 1975, mas já antes havia comissões de trabalhadores nas herdades. Em 1977, havia 23 cooperativas na freguesia e todas já tinham legalizado a sua situação mediante conjunto normativo criado, de acordo com as possibilidades que a conjuntura desencadeara. Até 1985, garantiu-se pleno emprego aos homens, durante todo o ano, enquanto as mulheres trabalhavam sazonalmente. Depois de uma incorporação plena, no início do processo, cuja consiga fora *A trabalho igual, salário igual*, as mulheres, remuneradas abaixo dos homens, foram remetidas para uma contratação só em picos de trabalho, com uma aceitação generalizada da subalternidade feminina no emprego e o entendimento do seu salário como complemento do masculino.

Se quanto à diferença salarial das mulheres não houve contestação, foi ser difícil gerir aquela consigna no âmbito das cooperativas recém-formadas, nomeadamente entre os trabalhadores especializados: a divisão técnica do trabalho gerou uma percepção de divisão social, com favorecimento de alguns setores. Os seareiros, que tomavam terras de renda aos proprietários, converteram-se em apoiantes da reforma agrária devido à “coerção da sociabilidade” (BAPTISTA, 2010, p. 127).

A escassez sazonal de emprego fora a mais sentida das injustiças laborais. Com a sua superação, o nível de vida local melhorou. Entre as conquistas desse tempo, salientam-se um horário de 45 horas, deixando livres o sábado de tarde e o domingo, o direito à segurança social e as férias pagas, que permitiram aumentar o rendimento. Registra-se também a melhoria dos cuidados com a saúde, a existência de transporte para o local de trabalho e o acesso ao lazer. As habi-

tações foram melhoradas e apetrechadas com alguns eletrodomésticos. Houve também uma nova vivência nas vilas e aldeias, com a recuperação de caminhos e estradas que haviam sido fechadas pelos proprietários das herdades. Registrou-se a aposição de novos nomes às ruas e edificaram-se novos monumentos, em honra dos resistentes ao fascismo português e louvando o novo tempo.

No processo de invenção da democracia, a conquista de espaços de agora fez-se nas praças das aldeias e cidades, mas igualmente nas assembleias das cooperativas. Como referia uma mulher do Couço, “A gente erguia o braço e contava”. Nesse âmbito, fazer a opinião contar, aprender a pedir a palavra, a aguardar para falar, a discutir sem atropelar a voz das outras participantes, a fazer propostas e defendê-las era aprender a democracia na prática.

## **REVOLUÇÃO, DERROTA E FORCLUSÃO DOS HORIZONTES DE EXPECTATIVA**

Produzido por uma história e incorporado na existência das pessoas, um evento confronta os cientistas sociais com as escalas de uma realidade que se transmuta e que atinge, de modo distinto, níveis variados das sociedades, ao mesmo tempo em que põe em relevo os campos em que se situam os agentes (GODINHO, 2007). Como notara Karl Marx, aqueles que fazem a história não a fazem sós, nem em condições escolhidas (MARX, 1869, p. 15): confrontam-se com uma realidade que dilui o microscópico num nível em que pode perder visibilidade. Por outro lado, não pode despontar em moldes idênticos noutra enquadramento, e não é compreensível exclusivamente a partir de condições locais. Insta a múltiplas escalas de análise, porque se exerce por meio de uma rede de relações, com efeitos estruturantes, imprevisível na duração e no raio de ação: um acontecimento é um “tempo-fronteira” (AGIER, 2013) e estabelece uma barreira entre antes e depois.

Como lembra Medeiros Ferreira (1993, p.11):

O 25 de Abril desencadeou profundas alterações nos valores e na vida social nacional. Ele marca uma era, tantas são as ocasiões em que é tomado como referência: Antes do 25 de Abril... só com o 25 de Abril... depois do 25 de Abril são expressões coloquiais quotidianas que se impuseram nos últimos vinte anos. A data de 25 de Abril de 1974 marca, pois, o séc. XX e divide a sociedade entre antes e depois. Será isso uma revolução? É certamente uma era.

Tal como Manuel Loff (2000), Luís Trindade corrobora esta ideia de ruptura:

Só a partir do passado ditatorial e projectando-a no futuro democrático é que parece ser possível falar do momento historicamente mais denso da nossa contemporaneidade. O Estado Novo e a democracia ensombram como duas transcendências essa densidade, esvaziando-a. A revolução fica assim condenada, por excesso ou por defeito, a uma confrontação com realidades que não são exactamente a sua, ora como conjunto de conquistas à luz da privação salazarista, ora como momento de excessos perante uma democracia assente em instituições representativas estabilizadas (TRINDADE, 2004, p. 21).

A compreensão dessa transição fracturante, na relação com o tempo, com a história e com a atualidade, não pode passar exclusivamente pelo entendimento de quanto há de habitual e quotidiano na situação em que emerge: é uma ruptura marcante, e a sua memória fica marcada pela nostalgia e a ucronia, em relação a um tempo do campo das possibilidades, que não teve continuidade. Assim, a par da plenitude dos momentos vividos, reporta a consternação e o pesar pelos que se seguiram.

Entre 1975 e 1980, o poder de compra dos trabalhadores das UCPs decresceu 45% (BAPTISTA, 2010, p. 149): a revolução fora derrotada. A lei 77/77, conhecida por “Lei Barreto”, aniquilou o movimento social da revolução e sobrepôs o direito de propriedade aos outros. Aumentou o número de proprietários que podiam usar o direito de reserva, levando a uma significativa alteração face ao absentismo (BARROS, 1986, p. 81). Quando o processo revolucionário

chegou ao fim, restabeleceu-se gradualmente o controlo hegemônico dos grupos que haviam sido momentaneamente arredados do poder, num processo que dissolveu a quase totalidade das unidades coletivas de produção. Em 1990, ocorreu a última devolução de terras aos antigos proprietários, o final de um processo marcado por grande violência, em que os proprietários se faziam acompanhar da Guarda Nacional Republicana. O processo fora mais geral e translocal, com a imposição de uma relação de classes distinta.

Os vencedores escrevem a história e esquecem-na, enquanto os vencidos cogitam longamente sobre o que a vida poderia ter sido. Para os entrevistados do Couço, a reforma agrária foi uma derrota duramente vivida. Na zona, os campos estão hoje vedados, o acesso a terra e mesmo aos caminhos de toda a vida está interdito, o emprego escasseia, com o recrutamento de mão de obra imigrante, frágil, barata e sem direitos. Produzidos num presente que compromete as esperanças depositadas, os discursos revolvem a história do que poderia ter sido, entre reflexão e imaginação. Erguem um presente alternativo, com a possibilidade de os acontecimentos terem sido diferentes, entre ucronia e forclusão.

A forclusão (*Verwerfung*, para Freud, alvo de uma reabordagem por Lacan) é a expulsão de um conteúdo da experiência para fora do eu, que desordena a relação entre o real e o simbólico, alterando-lhe a estrutura. Numa obra póstuma, Daniel Bensaïd alude a forclusão como supressão da ligação entre o espaço da experiência e o horizonte da expectativa (KOSELLECK, 1979): os tempos de desaparecimento da consciência, que são também momentos de eclipses das lutas, redundam numa forclusão dos horizontes de expectativa (BENSAÏD, 2010, p. 86). Marcuse (*apud* BENSAÏD, 2010, p. 87) atribuía a forclusão do espaço crítico à anemia da razão crítica. Se a aplicação do conceito no universo da psicanálise e do direito é habitual, o seu cruzamento com a semântica dos tempos históricos, entre o espaço da experiência e o horizonte da expectativa (KOSELLECK, 1979), sugerida por Bensaïd, é um estímulo para

interrogar o não lugar da realidade, num processo histórico interrompido que retorna como fantasmagoria.

Como notava Maurice Godelier, há um abismo entre o que é imaginado e o que é imaginário, e entre um tempo e outro há aparentemente memórias que se volatilizam, que só parecem retornar em delírios, como se a razão tivesse sido suspensa e as categorias interrompidas. As vidas transtornadas desafiam os afetados a redefinir ordem e desordem, perdas e ganhos, cooperação e resistência, opressão e solidariedade, violência e afirmação humana, hegemonia e resistência. É nesse sentido que a forclusão se reveste de utilidade para pensar o processo de suspensão da memória de uma sociedade, em que o real se torna inatingível e irrepresentável, num vazio que banuiu a recordação, que só reaparecia como alucinação (LACAN *apud* BENSÃID, 2010, p. 88).

Na atualidade, a reforma agrária é apresentada como entrave ao progresso, um vestígio passadista e esquerdista, que obstou a um processo de modernização que já ocorria antes do 25 de Abril, com empresários empreendedores e subida de salários. Como poderia a reforma agrária ser vencedora quando a revolução fora derrotada? Porém, quanto de vitória existe na derrota de um processo? Ao tempo, foram criados 45 mil postos de trabalho; foi estabelecido um salário rural a nível nacional; os trabalhadores rurais foram abrangidos pelo regime geral de segurança social; houve dinamização de equipamentos sociais: creches, escolas, postos de saúde, refeitórios, que antes só existiam nas cidades; foi posto fim ao trabalho infantil agrícola; criaram-se planos de desenvolvimento agrícola e de melhoramento dos solos; foram construídas obras de regadio e estradas; foram introduzidas novas tecnologias e culturas; recuperaram-se áreas abandonadas. Se a forclusão revela uma fragilidade da razão crítica, há um enfoque que resgata a capacidade de resistência e construção da democracia por meio do impulso dos grupos.

## POLÍTICAS DA MEMÓRIA E PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

A História relata o visível e tal, apesar de muito, de imenso, é de facto uma insuficiência – ocular, dir-se-ia; mas poderia também acrescentar-se, deficiência humana, pois a história de um período revolucionário, qualquer que ele seja, só estaria completa se pudéssemos obter um registo exaustivo de todas, mas mesmo de todas, as sensações de cada uma das pessoas que no período dos acontecimentos estava viva, consciente e lúcida.

Gonçalo M. Tavares, “Prefácio”, *in* Gomes e Castanheira, 2006, p. 14.

Derrotada a revolução, as políticas de memória da democracia demonizaram e exotizaram os tempos revolucionários da democratização por ruptura (LOFF, 2015). O PREC, acrónimo de *Processo Revolucionário em Curso*, ao contrário de outras transições de ditaduras mais pactuadas, teria sequelas diversas quando uma parte significativa da população exigiu na rua mais do que estava inicialmente inscrito no programa do MFA, desencadeando um processo revolucionário:

O 25 de Abril surge então na nossa modernidade como uma estranheza, talvez o único momento em que as instituições e a estrutura social foram postas em causa por uma agitação transformadora que os discursos sempre tinham garantido não fazer parte da natureza do povo português. Ora, se a estrutura social se reconfigurou após o abalo, o que é certo é que já não é mais possível garantir uma menoridade cívica dos portugueses como elemento que lhes é natural. O PREC, que deixou mais ou menos incólume, a prazo, a estrutura social, manchou a narrativa política portuguesa (TRINDADE, 2004, p. 31).

Numa microescala, o Couço demonstra como a resistência à ditadura constituiu a matriz da sociedade democrática, que se iniciou com o 25 de Abril, embora o processo revolucionário seja por vezes apresentado como o preâmbulo antidemocrático da “ver-



dadeira democracia”, que só teria tido início com a “normalização democrática” após o 25 de Novembro de 1975. Como nota Manuel Loff (2015, p. 64), bloqueia-se a memória da resistência quando se discute o processo revolucionário, para não discutir a ditadura, obliterando a expressão da memória da resistência.

Os processos revolucionários e os que neles se empenharam parecem trazer consigo o labelo do destempero e do grotesco, depreciando-se os revolucionários, remetidos para o domínio do desvio, do patológico, do anormal, e responsabilizando-os pela instabilidade social. Manuela Cruzeiro (2017, p. 28-9) localiza vários níveis de anátema da revolução “da anormalização (Arendt), à patologização (Furet) e finalmente à psiquiatrização (Pipes, 1990) num crescendo que faz deslocar o conceito de revolução da esfera do político para o da psicopatologia”, com uma “subalternização do acontecimento revolucionário, encarado como uma espécie de interregno ou suspensão do tempo” (CRUZEIRO, 2017, p. 47), que evidenciam uma perspectiva continuísta relativamente ao regime anterior.

No caso do Couço, os quadros sociais estão puídos num meio que se desertificou e num tempo em que a sua recordação se domesticou e privatizou, por terem sido desagregados os grupos que a poderiam manter. Devido ao carácter de classe e de tensão dessas memórias, não contaram com políticas públicas que as quisessem perpetuar como parte da memória da sociedade. A reforma agrária é hoje remetida para um conjunto de lembranças pessoais, transmitidas dentro dos “quadros sociais”: enquadra a memória coletiva, mas não para a da sociedade, devido a não inscrição mediante políticas públicas de memória. Nas reverberações desse processo, os que a fizeram e viveram transportam as suas marcas e rugas num meio social que estabeleceu novas articulações e soldaduras. A proposta do conceito de forclusão permite abranger a incapacidade

de transposição da experiência de muitos que viveram a reforma agrária, face à expectativa gorada, derrotada. A implosão das memórias, que serviram para ligar o passado e o futuro, fez perder o sentido coletivo do tempo e da esperança, num grupo social que se dispersou e deixou de constituir uma classe. O sentimento de fracasso tornou-o vulnerável aos estereótipos e aos revisionismos, que não querem reavaliar o movimento social, as personagens ou os períodos, mas antes desvalorizar o passado (LÉVI, 2001), obnubilando com ele a força material das ideias. Como nota Mailer,

Quanto mais os acontecimentos se tornam históricos, maior é a tendência em apagar a História de acordo com um ou outro projecto político dos nossos dias. Esta tentativa de reescrever a História é tanto mais notória quanto a vitória do capitalismo neoliberal faz desaparecer tudo à sua passagem, designadamente qualquer episódio de revolta. Embora nunca a destruição revolucionária global do poder hierárquico tenha parecido tão indiscutivelmente necessária, nunca ela pareceu tão impossível. O monstro criado e desenvolvido por várias classes dominantes e pelos que se dispõem a submeter-se-lhes, a sociedade capitalista da mercadoria, espectacular, nos nossos dias, parece ser todo poderosa (MAILER, 2018, p. 8).

A forclusão dos horizontes da expectativa, que aparentemente impediu a memória da reforma agrária de ligar o passado e o futuro, está associada à ausência de esperança, que tornaria o campo da experiência obsoleto. Porém, sabemos que às causas perdidas cabe sempre o direito de recomeçar: uma causa é um projeto, uma busca, um esforço que ultrapassa os indivíduos, em que comprometem as suas energias, centram os seus esforços e inspiram a sua dedicação (SAÏD, 2013, p. 481). No Alentejo, assiste-se ao retorno ao *status quo ante* (DRAIN; ROUX, 1982, p. 7) quanto ao emprego; na fase atual, emblematizado no cante, passou a ter a beleza do morto e não invoca já memórias resistentes. O desemprego empurrou os alentejanos mais uma vez para fora, mas, em simultâneo, uma parte significativa da terra está a ser

cultivada com grande intensidade e um desgaste assinalável dos solos e da água. O paradoxo da letra da canção emblematizada é evidente: *É tão grande o Alentejo! / Tanta terra abandonada / A terra é que dá o pão / Para bem desta nação / Devia ser cultivada / Tem sido sempre esquecida / A margem ao sul do Tejo / Há gente desempregada / Tanta terra abandonada / É tão grande o Alentejo!*

O processo de reforma agrária seduziu para futuros imaginados, para *Outro País*, como sugere o título do filme de Sérgio Tréfaut, num projeto que incorporava a esperança na transição para a democracia. A mais importante das suas conquistas é o reconhecimento da capacidade de um grupo social subalternizado e exotizado, organizar o trabalho e as aldeias, tomar nas mãos o seu destino e decidir a sua vida. Essa assunção de si, esse controle das vidas, é um campo de possibilidades num tempo em que os seres humanos se tornaram descartáveis e as suas vidas imprevisíveis. Como assinalava Josep Fontana (2013, p. 8), para construir o futuro, há que lembrar que as conquistas políticas, económicas e sociais, conseguidas com as transições para a democracia, não partiram de deuses *exmachina*, mas do sofrimento, da sensibilidade e da construção comum dos resistentes.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite**: L'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire, Paris, La Découverte, 2013.

ALMADA, Teresa. **Diário da reforma agrária**. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.

ALMEIDA, Maria P. **A revolução no Alentejo**: Memória e traumas da reforma agrária em Avis. Lisboa, ICS, 2006.

ALONSO, Gregorio; MURO, Diego. **The Politics and Memory of Democratic Transition**: The Spanish Model, London, Routledge, 2011.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Livro de Actas da Assembleia Geral da UCP Monte da Unidade**, entre 22 de Novembro de 1977 e 12 de Janeiro de 1990. Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Livro de Actas da Assembleia Geral da UCP Avante 25 de Abril**, entre 30 de Dezembro de 1977 e 17 de Fevereiro de 1978. Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Cooperativa de Consumo O Agricultor do Sorraia**. (CCAS/A/0001/Mç 001 – 9). Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, s/d.

ARQUIVO DA REFORMA AGRÁRIA. **Cooperativa de Produção Agropecuária Progressistas do Divor** (CePD/A/0001/Mç 001). Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

BALABANIAN, Olivier. **Problemas Agrícolas e Reformas Agrárias no Alto Alentejo e na Extremadura Espanhola**. Lisboa, Ed. Autor, 1984.

BALABANIAN, Olivier; BOUET, Guy. **Os cravos murcharam**: os resultados da reforma agrária portuguesa. Lisboa, Ed. Autor, 1987.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Portugal 1975**: Os campos. Porto, Afrontamento, 1978.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. A reforma agrária foi inviabilizada por razões políticas. Entrevista conduzida por Dulce Freire e Fernando Rosas. **História**, Ano XX, Setembro, nº 6, p. 10-15, 1998.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Alentejo**. A questão da terra. Castro Verde, 100Luz, 2010.

BARRETO, António. **Memória da Reforma Agrária**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983.

BARROS, Afonso de. **A Reforma Agrária em Portugal**: Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção. Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979.

BARROS, Afonso de. **Do Latifundismo à Reforma Agrária**: O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo. Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.

BENSAÏD, Daniel. **Espectáculo, Fetichismo, Ideologia** (um livro inacabado). Fortaleza, Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

BERMEO, Nancy. **The Revolution within the Revolution**: Workers' Control in Rural Portugal. New Jersey, Princeton University Press, 1986.

BRANCO, Zillah. Os sindicatos na vanguarda da luta. In: **História da Reforma Agrária 1**. Lisboa, Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, 1976.

BRANCO, Zillah. **Reportagens sociológicas no interior da Reforma Agrária**. Beja, Associação de Municípios do Distrito de Beja, 1995.

CALDAS, Eugénio de Castro. **A agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária**. Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, 1978.

CARDOSO, António Lopes. **A Nova Lei da Reforma Agrária**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

CRUZEIRO, Manuela. **A nossa fada Morgana: viagem pelos imaginários da Revolução de Abril**. Porto, Afrontamento, 2017.

CUTILEIRO, José. **Ricos e pobres no Alentejo**. Lisboa, Sá da Costa, 1977 [1966].

DRAIN, Michel; ROUX, Bernard. Présentation. Reparler de la reforme agraire portugaise. **Thiers Monde**, 23(89): p. 6-8, 1982.

ESTÊVÃO, João A. A florestação dos baldios. **Análise Social**, nº s 77-78-79, vol. XIX: 1157-1269, 1983.

ESTRELA, A. de Vale. A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses: Uma revisão crítica. **Análise Social**, vol. XIV (54) 2º: 219-263, 1978.

FERNANDES, Margarida. **Terra de Catarina: Do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão**. Oeiras, Celta, 2006.

FERREIRA, José M. Portugal em Transe. In: MATTOSO, José. (Dir.) **História de Portugal**, vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce; GODINHO, Paula (Coord.) **Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (séc. XX)**. Lisboa, Colibri, 2004.

FONTANA, Josep. **El futuro es un país extraño: Una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI**. Barcelona, Pasado & Presente, 2013.

POWERAKER, J. **Making democracy in Spain**. Grass-roots struggle in the south, 1955-1975. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

GODINHO, Paula. Quando os sujeitos pesam mais do que os objectos: políticas de memória, processo revolucionário e co-implicação. In: POZZI, Pablo; GODINHO, Paula (Coord.) **Insistir con la esperanza: El compromiso social y político del intelectual**, Buenos Aires, CLAC-

SO: 81-112, 2019. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190517055140/Insistir\\_con\\_la\\_esperanza.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190517055140/Insistir_con_la_esperanza.pdf).

GODINHO, Paula. Inventar la democracia, abrir brechas de esperanza: la revolución portuguesa y la reforma agraria. *In: MOLIEN-RO, Carme; YSÀS, Pére. Transiciones: Estudios sobre Europa del Sur y América Latina*, Barcelona, Catarata: 198-221, 2019.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: Experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela, Letra Livre/Através Editora, 2017.

GODINHO, Paula. **Memórias da Resistência Rural no Sul**: Couço, 1958-1962. Oeiras, Celta, 2001.

GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro. **Os dias loucos do PREC (do 11 de março ao 25 de Novembro de 1975)**. Lisboa, Expresso e Público, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris, PUF. Prefácio de Jean Duvignaud, 1950.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1979.

LAFFON, Virginie. Amareleja: uma aldeia entre o ontem e o amanhã. *In: BRITO, Joaquim Pais de; PEREIRA, Benjamim; BAPTISTA, Fernando Oliveira. (Coord.) O voo do arado*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura: p. 539-546, 1996.

LÉVI, Giovanni. Le passé lointain. Sur l'usage politique de l'histoire. *In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Orgs.) Les Usages Politiques du Passé*. Paris: Enquête - Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 25-38.

LINHA Vermelha. Direção: José Filipe Costa. Documentário, Terra-treme Filmes, 80', 2011.

LOFF, Manuel. Esquecimento, revisão da História e revolta da memória. *In: DELGADO, Iva et al. (Orgs.) De Pinochet a Timor Loro-sae*. Impunidade e direito à memória, Lisboa, Cosmos: p. 189-199, 2000.

LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). *In: Manuel Loff et al.*

(Ed.) **Ditaduras e Revolução**: Democracia e políticas da memória, Coimbra. Almedina: 23-143, 2015.

MACEDO, Maria João Costa. **Geografia da Reforma Agrária**, Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d.

MAILER, Phil. **Portugal**: A Revolução impossível? Lisboa, Antígona, 2018.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, Lisboa, Vento de Leste, 1975.

NORONHA, Ricardo. **A Banca ao Serviço do Povo**: Política e Economia durante o PREC (1974–75), Lisboa: IHC, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Paula%20Godinho/Downloads/1004185%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Paula%20Godinho/Downloads/1004185%20(2).pdf). Acesso em: 27 abr. 2019.

NORONHA, Ricardo; TRINDADE, Luís. **1974**: Portugal, uma retrospectiva. Coleção coordenada por Rui Tavares, Lisboa, Público e Tinta da China, 2019.

O'NEILL, Brian; CLARK, Sandra Mc Adam. Agrarian Reform in Southern Portugal. **Critique of Anthropology**, 15, vol. 4, Spring: p. 47-74, 1980.

PEREIRA, José P. **Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal**. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983.

PIÇARRA, Constantino. **As Ocupações de Terras no Distrito de Beja no Pós 25 de Abril de 1974**. Lisboa, FCSH, Tese de Mestrado em História do Séc. XX (3 vol.), 2000.

ROSAS, Fernando. A Revolução e a Democracia. In: LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando (Org.). **Ensaio Geral**. Passado e Futuro do 25 de Abril, Lisboa, D. Quixote: p. 15-49, 2004.

SAÏD, Edward. **Reflexiones sobre el exilio**: y otros ensayos literarios y culturales. Madrid: Debolsillo, 2013.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven, London: Yale University Press, 1985.

TIAGO de OLIVEIRA, Luísa. **Estudantes e povo na revolução**: o Serviço Cívico Estudantil (1974-1977). Oeiras: Celta, 2004.

TORREBELA. Direção : Thomas Harlan. Portugal-Itália-Alemanha, Cooperativa Era Nova / Societá Cinematográfica Italiana / Albatros, 1977.

TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d'emploi**: histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique Editions, 2005.

TRINDADE, Luís. Os excessos de Abril. **História**, n.º 65: p. 20-31, 2004.